

UM BREVE ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO NOS DISCURSOS CRISTÃOS

A BRIEF STUDY ON GENDER RELATIONS IN CHRISTIAN DISCOURSES

Pablo Gatt ¹
Irlan Cotrim ²

Resumo: As investigações acerca das relações de gênero formam um campo de pesquisa que se dedica a estudar as formações de identidades e as representações simbólicas atribuídas aos corpos e papéis sociais masculinos e femininos. Nesse sentido, discutiremos como o discurso religioso cristão justificou como natural a passividade atribuída às mulheres ao atrelá-las à figura de Eva e ao estipular essa inatividade como característica intrínseca do feminino anteriormente ao Pecado Original.

Palavras-chave: Relações de gênero; Pecado Original; Eva

Abstract: The investigations about gender relations form a research field that is dedicated to study the formations of identities and the symbolic representations attributed to male and female bodies and social roles. In this sense, we will discuss how the Christian religious discourse justified as natural the passivity attributed to women by linking them to the figure of Eve and stipulating this inactivity as an intrinsic characteristic of the feminine prior to Original Sin.

Keywords: Gender Relations; Original Sin; Eve

Introdução

A diferença entre os corpos perpassou, e ainda perpassa, toda a história da humanidade, ao promover uma hierarquização entre os gêneros que é estabelecida de acordo com os papéis sexuais³. Com o filósofo grego Aristóteles, em sua obra *Metafísica*, a mulher fora vista somente como o receptáculo para o esperma do homem, como uma agente passiva na atividade da reprodução, fornecendo sempre o material, enquanto “o macho fornece o que molda, pois esse é o poder que nós dizemos que eles possuem, e isso é o que faz deles macho e fêmea... enquanto o corpo é da

¹ Graduando do curso de Licenciatura em História pela Faculdade de História – FAHIS, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: alan17hist@gmail.com

² Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil). Mestrando em História pelo PPGHIS-UFES, sob orientação da Prof. Dr. Leni Ribeiro Leite.

³ Os papéis sexuais, assim como o gênero, são construções que se estabelecem nos corpos sexuados, macho e fêmea. A materialidade ou naturalidade atribuída aos sexos masculino e feminino só se estabelecem como são porque o gênero também molda o sexo, ou seja, existe construção social em cima do sexo, ele não é exclusivamente natural-material, irredutível ou pré-discursivo.

fêmea, a alma é do macho⁴. Nesse esquema de rotulações, de atribuições à natureza humana, a figura feminina carece de autoridade⁵.

No Judaísmo, no que concerne o advento do Pecado Original, Adão e Eva foram perdoados após o ato e o pecado fora remido, o que não gerou um fardo maior à imagem da mulher. São com os discursos dos primeiros representantes dos Cristianismo, em especial os Pais da Igreja⁶, que ocorre o fortalecimento da ideia de corrupção da natureza humana como culpa do feminino, na medida em que todos os descendentes de Adão perdem a justiça original, elemento responsável por controlar o desejo concupiscível⁷. As interpretações cristãs sobre o Pecado Original de Adão e Eva, nos primeiros séculos da era comum, concluem que Eva fora a responsável pela expulsão de ambos do Paraíso e a culpada por levar o homem a cair em tentação, como defende Ambrósio de Milão⁸ () Por esses discursos, transmitidos no tempo e no espaço, se fortalece a visão de que toda mulher “viva na condição de culpada⁹ (*vivat et reatus*)” (*De cultu feminarum*, I,1,2).

Na Idade Média Central essa ideia continua a ser propagada, pois o discurso é uma rede de signos, são ideias anteriores que se conectam com ideias atuais¹⁰. Portanto, no discurso de Tomás de Aquino a figura feminina já dispunha do desejo sexual no Paraíso¹¹, o que justifica a culpa pelo Pecado Original. Nesse sentido, com as consequências do primeiro pecado, como a desordem em todas as potências da alma, a mulher, principalmente, passa a ser interpretada pela necessidade de regulamentação dos seus desejos e atitudes. É mediante esse *imaginário* em torno do Pecado de Adão e Eva, por uma *circularidade das ideias*, que se constroem as narrativas que subjugarão e atrelarão a figura feminina no Medievo ao elemento da passividade.

Na esteira da Nova História Cultural elegemos o conceito teórico de circularidade das ideias para demonstrar as interações que ocorreram entre os grupos cristãos e não cristãos nos primeiros

⁴ ARISTÓTELES. **Metafísica**. Trad. Giovanni Reale. São Paulo: Edições Loyola, 2001, v. II. GA 2.716a5-7.

⁵ ARISTÓTELES. **Metafísica**. Trad. Giovanni Reale. São Paulo: Edições Loyola, 2001, v. II. Livro IV, 1004 a 20-b 9.

⁶ Do latim *pater*, os Pais ou Padres da Igreja foram importantes teólogos da Igreja dos primeiros séculos que, a partir da segunda metade do século IV, exerceram enorme influência na formulação da doutrina cristã. São os homens que “cunharam a vida da comunidade católica”, que ensinaram e permaneceram na fé. A partir do século IV, pelo decreto *De libris recipiendis et non recipiendis*, o termo se concentra em todos representantes da tradição eclesiástica, logo em seguida aplicado aos que levaram uma vida monástica ou asceta. Por fim, a ortodoxia ou heresia de uma doutrina será avaliada por meio dos ensinamentos deixados por eles, pois inauguraram a “ciência” da teologia e foram a centralidade da palavra de Deus. PADOVESE, Luigi. **Introdução à teologia patrística**. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 19.

⁷ TOMÁS DE AQUINO. **Summa Theologiae**. 2º ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001. ST, I-II, q. 82, a. 3.

⁸ AMBROSIO DE MILÁN. **El paraíso, Caín y Abel, Noé**. Introducción, traducción y notas de Augustín López Kindler. Madrid: Ciudad Nueva, 2013. De Paradiso 10, 47.

⁹ TERTULLIEN. **La toilette des femmes (De cultu feminarum)**. Introduction, texte critique, traduction et commentaire de Marie Turcan. Paris: Les Éditions du Cerf, 1971. (Sources Chrétiennes 173). De cultu feminarum, I,1,2.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1970, p. 50.

¹¹ TOMÁS DE AQUINO. **Summa Theologiae**. 2º ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001. ST, I, q. 94, a. 4.

séculos da era cristã. O conceito é defendido por Carlo Ginzburg, na obra *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*, de 1998. Utilizamos tal conceito afim de discutir as relações dinâmicas que permearam os grupos citados acima, em um processo de inter-relação, avaliando as interações, embates, posicionamentos e concordâncias que estavam sempre em movimento. Do mesmo modo, nos valem de tal conceito na tentativa de superar a visão existente de uma relação unidirecional ou passiva entre as culturas, como popular/erudito ou periferia/centro, visto que não existiu um Cristianismo, Judaísmo ou politeísmo greco-romano, enquanto formas culturais independentes ou autônomas. Por esse conceito compreendemos uma sistemática comunicação polinuclear e multidirecional entre as culturas. Sendo assim, o conceito de circularidade das ideias corrobora com o objetivo da Nova História Cultural, segundo que é o de compreender como uma realidade social é construída, pensada, lida e representada em diferentes lugares e momentos¹².

Gênero uma categoria de análise

Os estudos de gênero se iniciaram durante as décadas de 60 e 70, em paralelo com a erupção dos estudos feministas. As mulheres são alcançadas à condição de objeto e sujeitos da História, tornando-se um campo relativamente reconhecido no âmbito institucional¹³. É somente na década de 80 que ocorre no Brasil um aumento de pesquisas nesse campo. Portanto, anteriormente, as mulheres eram colocadas à margem da sociedade, como apêndice da historiografia, não dignas de serem pesquisadas, julgadas como detentoras de uma ideologia dissidente, sendo o homem o sujeito universal da História.

Essa mudança não ocorre somente no campo dos estudos de gênero. A primeira metade do século XX representou uma descontinuidade com a metodologia do fazer historiográfico positivista, responsável pela não aceitação de alguns objetos de estudo, como a História das Mulheres ou dos mais humildes, os vistos de baixo. Os positivistas conceituavam os estudos culturais como irrelevantes, ao postular que somente as fontes políticas eram oficiais e os personagens vitoriosos eram dignos de uma história. É com o impulso inicial promovido pela *Escola dos Annales* (1929), na ampliação das fontes históricas, com novos conceitos, metodologias, teorias, sujeitos e com a prática da interdisciplinaridade, que temos as ferramentas necessárias para a ampliação e abertura para os demais estudos, como a História das Mulheres na década de 60.

¹² CHEVITARESE, André Leonardo; CORNELLI, Gabrielle. **Judaísmo, Cristianíssimo, Helenismo**: ensaios sobre interações culturais no Mediterrâneo Antigo. Itu: Ottoni Editora, 2003, p. 23. CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Portugal: Difel, 1998, 16-17.

¹³ Historiadoras feministas colocaram as mulheres enquanto objeto e sujeitos da história, questionando uma historiografia que no ato político de seleção, classificação e tratamento das fontes, dos recortes, excluía alguns sujeitos históricos.

As fontes históricas são, portanto, portadoras de narrativas do passado que estão em múltiplas plataformas. Estas narrativas são utilizadas pelos historiadores como documentos que compõem o corpus documental do profissional, impulsionado por preocupações contemporâneas e que se volta ao passado para ressignifica-lo. Ao se voltar ao passado, o historiador cria seu objeto de pesquisa, o fato histórico, que são construções do historiador e não são apenas dados com o tempo. Por esse motivo, Le Goff assinala que o historiador não deve ser ingênuo a ponto de negligenciar os significados internos e externos desses documentos/monumentos. Concordamos com o autor posicionamento de Le Goff no tocante à abordagem do historiador com os documentos. Nas palavras do medievalista:

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo¹⁴.

A partir do exposto, compreendemos ser a História a forma científica da memória social, as fontes históricas como sendo uma seleção arbitrária empreendida pelo historiador que forma seu *corpus* documental baseado em preocupações contemporâneas em que aquele constrói o fato histórico a ser estudado. Para entendermos como se iniciaram os estudos acerca dos papéis sociais desempenhados em sociedade, envolvendo o masculino e o feminino, adentramos aos estudos de gênero, que por sua vez pode ser entendido por duas divisões de análise. No primeiro segmento se contesta a própria categoria de mulher, frente a ideia universal do feminino, em que “dentro da terminologia mulher há múltiplos grupos de mulheres, com variantes significativas a serem ponderadas”¹⁵. Em seu segundo nível, a categoria de gênero questiona a distinção social entre homens e mulheres por meio do sexo biológico, verificando que essa divisão está baseada em percepções do feminino pelo masculino no tempo e no espaço, na medida em que as identidades de gênero foram construídas mediante oposições binárias complementares e excludentes. Diferentemente da História das Mulheres, o gênero problematiza a natureza tanto do feminino quanto do masculino, analisando e discutindo os elementos que caracterizam e estruturam ambos

¹⁴ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990, p. 547-548.

¹⁵ ANICETO, Bárbara Alexandre. **As relações de gênero em Aristóteles: um estudo das esposas legítimas na sociedade ateniense (Sécs. V-IV a.C.)**. Franca [s.n.], 2017. 174 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2017, p. 16.

os sexos. Portanto, os estudos de gênero buscam a desconstrução do feminino e do masculino biológicos se baseando na relação entre ambos para compreender a historicidade da natureza humana e dos papéis sociais atribuídos aos mesmos nas inúmeras periodizações históricas. É um conceito próprio das Ciências Sociais, um campo epistemológico, uma ferramenta teórica de estudo e que, por vezes, confundem com o fazer historiográfico da História das Mulheres.

A historiadora Joan Scott (1991), compreende que estudar a História das Mulheres significa atrelar esse objeto de estudo com o que nos acontece agora. Não é somente estudar o passado pelo passado, mas entender que as coisas não têm de ser sempre do jeito que parece que sempre foram, em uma contínua relação com o presente. Estudar o gênero é “decodificar os diversos elementos presentes nas relações de poder, incluindo concepções do que significava “ser mulher” e “ser homem” em dada sociedade”¹⁶. Desse modo, o gênero é o elemento constitutivo das inúmeras relações sociais¹⁷, estabelecendo, de forma primária, significados com as relações sociais de poder.

Analisar a categoria de gênero nos permite estudar historicamente as seguintes construções: homens, mulheres, corpo, sexo, masculinidades, feminilidades, desejo, estética, performance, sexualidade e identidades, sem uma ligação direta com a diferenciação biológica, na medida em que o gênero é concebido e moldado culturalmente. Sendo assim, examinar as relações de gênero é muito mais que falar sobre as mulheres no tempo e no espaço, é analisar as relações existentes e que permeiam os papéis sexuais atribuídos ao masculino e ao feminino. É uma discussão para além do biológico, do natural e do anatômico, uma vez que por meio dos estudos de gênero compreendemos como as identidades e as relações sociais são culturalmente construídas. Em vista disso, nos estudos de gênero o enfoque não está somente na mulher ou no homem, no macho ou na fêmea, mas no papel social que é atribuído ao feminino e ao masculino em determinados contextos.

Não podemos confundir os estudos de gênero com a mera inclusão das mulheres numa história masculinizada. Nesse aspecto as críticas e contribuições de Joan Scott (1995) são fundamentais. A definição de gênero para Joan Scott o entende como uma categoria, como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas, primordialmente, nas distinções apresentadas entre corpos sexuados¹⁸. Dessa forma, a noção de gênero denota uma forma primária de fornecer

¹⁶ ANICETO, Bárbara Alexandre. **As relações de gênero em Aristófanes: um estudo das esposas legítimas na sociedade ateniense (Sécs. V-IV a.C.)**. Franca [s.n.], 2017. 174 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2017, p. 25.

¹⁷ SCOTT, J. **Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica**. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila Recife: SOS Corpo. 1995, p. 86.

¹⁸ SCOTT, J. **Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica**. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila Recife: SOS Corpo. 1995, p. 86.

significados às relações sociais de poder. A autora pontua, finalmente, que o gênero fornece meios para a decodificação de significados e auxilia na compreensão de complexas conexões entre os indivíduos, em variadas esferas. Assim, cabe as historiadoras e aos historiadores

encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 1995, p. 89).

Desse modo, entendemos que os estudos de gênero devem figurar como uma perspectiva na qual os historiadores e as historiadoras possam enxergar realidades históricas as mais diversas. História política, história cultural, história da moda, história das guerras e outros domínios da história podem e devem ser debatidos dentro da perspectiva das relações de gênero. Nesse sentido, os papéis sexuais desempenhados/performados em sociedade estão relacionados a categoria de gênero, uma vez que evocam representações e conceitos normativos em oposição binária entre dois gêneros (normalmente entre masculino e feminino), na medida em que os símbolos que são culturalmente produzidos e, apropriados pelo discurso, demandam representações simbólicas, contraditórias ou não. Para Scott, adotar a categoria de gênero é ir além da temática sobre o feminino, permeando as relações sociais, culturais e políticas que produzem e reproduzem o que é ser masculino e feminino em determinado período. É relacionar as diversidades identidades com a esfera cultural, política e econômica¹⁹.

De acordo com Woodward é pela marcação simbólica que uma identidade adquire sentido, na medida em que a mesma cria representações e signos que são capazes de identificar socialmente certos grupos e diferenciá-los dos demais²⁰. Portanto, ao passo que algo é identificável, incluído, como x, esse mesmo objeto é excluído de categorias y e z. Ademais, toda identidade necessita de uma alteridade para se formalizar, uma vez que o outro é percebido em sociedade²¹. Portanto, identidade e diferença necessitam uma da outra, visto que a identidade configura uma chave e analisá-la é fazer uma leitura basilar das organizações sociais de cada período, assim como da cultura e da política.

As identidades logram sentidos mediante os sistemas simbólicos sociais bem como encontram expressão na linguagem por que identidades e alteridades são representadas. Dessa

¹⁹ SCOTT, J. **Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica**. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila Recife: SOS Corpo. 1991, p. 74.

²⁰ HALL, S.; WOODWARD, K. SILVA, T.T. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 14.

²¹ HARTOG, F. **O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Trad. Jacyntho L. Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 49.

forma, não podemos conceber identidade desligado de seu elemento adjacente, a diferença. Os grupos sociais ao afirmarem determinada identidade para si negam, ao mesmo tempo, uma plêiade de outras identidades que se constituem alteridades, o não-eu. A identidade quando tomada como ponto de referência define o

que é diferente bem como os atributos considerados normativos. Portanto, por meio das representações as identidades são preenchidas de sentidos bem como, mediante este processo, identidade e diferença são conectadas a sistemas de poder que modelam, hierarquizam e constroem visões do mundo social²².

Nesse esquema de identidade e alteridade as relações de gênero “nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder são construídas”²³, indicando que o gênero é um saber que estabelece significados para as diferenças corporais, em posição de alteridade, de *fronteiras*²⁴. Portanto, a categoria de gênero entende que essas posições estruturais informam as posições dos sujeitos nas inúmeras relações sociais.

Judith Butler considera que o corpo é socialmente construído, mas não construído em sua totalidade²⁵. Ele é formado por construções discursivas ao receber um significado em um quadro histórico em específico. São discursos sobre o corpo e não para o corpo. No caso da figura feminina, sempre colocada em extremos, ora como a virgem ou pecadora, casada ou viúva, pois “ser homem ou mulher era uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou outro de dois incomensuráveis²⁶. O conceito de performances, cunhado por Judith Butler, nos é de valia na medida em que considera que numa determinada cultura há expectativas comportamentais esperadas pela sociedade e que definem se um corpo age conforme tais prerrogativas. Gênero, portanto, é um fenômeno cultural e sociopolítico porque parte de concepções coletivas formadoras de representações de ser e estar no mundo. Dessa forma, o estudo de gênero deve contemplar uma perspectiva interseccional, na medida em que houve e há formas

²² SILVA, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p. 91.

²³ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, vol. 27, nº54, jul-dez, 2007, p. 85.

²⁴ Para Peter Burke, as fronteiras são palcos de encontros culturais ou lugares de embates, funcionando como zonas plurais de contatos na formação de identidades e alteridades. Além do seu caráter geográfico são espaços de negociação e permeabilidade que circunscrevem práticas coletivas, valores e crenças, abrangendo ações sobre um determinado espaço e delimitando, como por exemplo, o sagrado e o profano. BURKE, P. **O que é História Cultural?**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 154.

²⁵ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

²⁶ LAQUEUR, T. **Inventando o Sexo**. Corpo e Gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001, p. 9. 208

distintas de ser e estar enquanto homens e mulheres, a depender da cultura em que o indivíduo se situa²⁷. A título de exemplo da aplicação da categoria de gênero no Mundo Antigo, consideramos as experiências de homens e mulheres conforme sua posição social, seu *status* social e os caracteres esperados dos corpos que ocupavam determinados ambientes bem como frequentavam locais destinados à aristocracia da época²⁸.

Temos então duas vertentes pelas quais pode ser estudado a categoria de gênero, visto que Butler e Laqueur (2001) apontam para uma construção social dos gêneros e Scott (1995) para uma construção política²⁹. Essa construção discursiva e masculinizada sobre a mulher, perante o feminino, também serviu como forma de silenciar outras formas de ser, naturalizando um caráter de passividade à identidade feminina e a desigualdade entre os gêneros³⁰. Isso porque, existe uma lógica masculinizada, pois nada justifica que a mulher deva ser dominada e o homem dominante, colocados em categorias opostas. São construções sociais que ganharam legitimidade pelos discursos de poder e no decorrer da nossa existência, como os discursos cristãos que veremos no tópico a seguir.

Sparti³¹ alude que a fragilidade e a vaidade são apontadas como elementos naturais do feminino, enquanto a coragem e a agressividade são determinadas como “naturalmente” masculinas. Isso porque, o mito da naturalidade, ou melhor dizendo, da superioridade masculina fora contraposto à naturalidade da passividade e inferioridade feminina, na medida em que fora justificado, no tempo e no espaço, por argumentos biológicos (Aristóteles, Galeno, Isidoro de Sevilha). Em uma perspectiva de gênero essas ideias mudam, uma vez que a divergência entre os “gêneros impõe diferenças morais aos comportamentos feminino e masculino, conforme as exigências da sociedade”³². Enquanto o sexo é natural o gênero é cultural. “Ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são algo mais do que uma categoria biológica; elas existem socialmente”³³.

A história de gênero tem como proposta entender a diferença entre o masculino e o feminino como resultado da organização social da relação entre os sexos. Assim sendo, a categoria gênero está

²⁷ BUTLER, Judith. Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, 2014, p. 271.

²⁸ CAVICCHIOLI, Marina Regis. Fama e infâmia na sexualidade romana. *Romanitas*, Vitória, n. 3, 2014, p. 164.

²⁹ SCOTT, J. **Gênero**: Uma categoria útil para a análise histórica. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila Recife: SOS Corpo. 1991.

³⁰ BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999, p. 20.

³¹ SPARTI, S. C. M. Construindo a identidade masculina e feminina. **Revista de estudos universitários**. v. 21, n. 1. Sorocaba, p. 9-20, jun. 1995, p. 12.

³² MARTINS, E. de F.; HOFFMANN, Z. Os papéis de gênero nos livros didáticos de Ciências. **Revista Ensaio**, v. 9, n. 1, p. 132-151, 2007, p. 143.

³³ TILLY, Louise A. *Gênero*, História das Mulheres e História Social. **Cadernos de Pagu: desacordos, desamores e diferenças**. Campinas: PAGU/UNICAMP, 1994, v.3, p. 31.

ligada à noção de que o masculino e o feminino são construções, em suas diferenças, privilegiando a dinâmica relacional, isto é, homens e mulheres devem ser definidos em termos recíprocos³⁴.

As formas desenhadas pela sociedade dos papéis que devem ser exercidos pelo homem e pela mulher são, por assim dizer, construções sociais historicamente situadas. Elas nos revelam as lutas de grupos sociais pelas representações que devem ser inculcadas e propagadas pelos indivíduos. Essas representações não são produzidas em outro ambiente senão aquele em que diferentes concepções, contraditórias entre si, se confrontam. Nestes confrontos “indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles”³⁵. Chartier determina que as representações, produzidas individualmente ou em grupo, não podem ser observadas pelo pesquisador de forma desencarnada de seu contexto de produção. As condições de produção, incluindo seu contexto histórico e social, permitem ao pesquisador compreender as idiossincrasias presentes nos documentos. Por meio das práticas e das representações, que são conceitos que se retroalimentam e se coadunam, podemos compreender as diversas maquinações ou construções estabelecidas pelas sociedades sobre os seus respectivos mundos sociais. Formas de ser e de estar no mundo, portanto, são representadas por meio das mais diversas práticas, inclusive por meio da religião.

Desse modo, o problema que estudos recentes vêm apontando é esse: diferença sexual, papéis de gênero, relações entre masculino e feminino como construções. Quando uma mulher numa sociedade não tem sua cidadania reconhecida por ser mulher, ela não está deixando de ter cidadania por causa da diferença sexual, mas por causa da construção histórica da diferença sexual, ou seja, a diferença sexual não é o fim, ela é o efeito da não cidadania.

A QUESTÃO DO FEMININO NOS DISCURSOS CRISTÃOS

O feminino é um dos elementos predominantes nas temáticas e discursos cristãos, perpassando emblemáticas figuras mitológicas e históricas que deram sentido à história da humanidade. Esses modelos imagéticos serviram de base para os inúmeros discursos que, no tempo e no espaço, tentaram instituir um modelo comportamental, um *ethos*, a ser seguido por toda a sociedade. É por esse viés que, quando nos referimos aos discursos apologéticos dos primeiros séculos e à produção discursiva cristã medieval perante à figura feminina, nos deparamos com uma questão um tanto quanto enigmática. Será que existiu uma abundância heterogênea de discursos acerca da figura feminina ou uma única corrente discursiva que, densa e presente no *imaginário* dos

³⁴ LESSA, Fábio de Souza; SOUZA, Maria Angélica Rodrigues. A integração dos grupos de esposa na pólis. **Politeia: História e Sociedade**, vol. 09, n. 01, p. 199-212, 2009, p. 200.

³⁵ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, 1991, p. 177-184.

períodos, relegou a imagem da mulher as mesmas posições sociais, ora como herdeira direta de Eva, associada também a Maria Madalena, ora espelhada em Maria, como criatura virginal e mãe de Jesus Cristo?

Essas associações, seja à figura de Eva, de Maria Madalena ou de Maria, fizeram da mulher, seja nos primeiros séculos ou no período Medieval, o *locus* do discurso cristão. As mesmas estavam atreladas ao fardo e as consequências do Pecado Original e, por isso, necessitavam serem vigiadas constantemente. Quando estavam só, sem uma figura masculina, seja do pai ou do marido, eram consideradas perigosas, subversivas, na medida em que não estavam sendo controladas por um denominador comum, o homem. Exemplo desse discurso são as mulheres consideradas como bruxas, já mais velhas e viúvas.

Antes de ser camponesa, castelã ou santa, a mulher foi caracterizada pelo seu corpo, pelo seu sexo, e pelas suas relações com os grupos familiares. Quer se trate de esposas, viúvas ou virgens, a personalidade jurídica e a ética quotidiana foram delineadas em função de um homem ou de um grupo de homens³⁶.

Esse *ethos*, proposto inicialmente, fez com que a identidade cristã estivesse atrelada aos papéis de gênero, sociais e à função de gerar filhos/as, sendo o “o tom, o caráter, e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição e a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete”³⁷. Por *ethos* entendemos “o conjunto de determinações físicas e psíquicas vinculadas ao fiador pelas representações coletivas”, portanto, uma série de comportamentos socialmente esperados a que os indivíduos estavam submetidos³⁸. Era um modelo coletivo, mas que cada indivíduo deveria cumprir o seu papel em sociedade. Nesse sentido, a figura de Eva e Maria Madalena foram submetidas, na tradição cristã, a uma forma de violência simbólica³⁹ que não respeitou a verdade de seu ser, posto que, de tal maneira, em alguns setores eclesiais a mulher, cuja existência conhecemos pela tradição escrita masculinizada, teve sua identidade roubada⁴⁰. Com o roubo de sua identidade e a violência exercida sobre Maria Madalena, ou a própria

³⁶ LE GOFF, Jacques. **O homem medieval**. Porto: Imprensa Portuguesa, 1989, p. 193.

³⁷ GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989, p. 103.

³⁸ MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 271.

³⁹ A violência simbólica é definida por Pierre Bourdieu como a instauração de uma mentira no lugar da verdade, é uma das maiores violências que podem ser exercidas contra grupos ou individualidades, porque implica num trabalho permanente inscrito no corpo de setores sociais contra os quais é exercida. BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

⁴⁰ Quando falamos que a mulher teve a sua identidade roubada estamos nos referindo ao fato de que não temos registros suficientes escrito por mulheres, para mulher e sobre as mesmas. Em sua grande maioria os discursos, referentes as mesmas, foram escritos por homens, permeados por uma densa e forte visão masculinizada.

imagem de Eva, a imagem feminina fora dominada ao longo das gerações por uma corrente discursiva masculina.

A mulher, nessa perspectiva, passou a ser representada pela imagem do pecado sexual e que não deveria estar sozinha, em que nos discursos cristãos, representadas por Eva, foram acusadas de promover no masculino o florescimento dos desejos sexuais. O corpo se tornou um elemento importante no discurso cristão e esse viés discursivo concretizou registros de feminilidade, discursos que espelhavam uma conduta feminina à todas as mulheres, mas que não foram escritos ou produzidos pelas mesmas.

Compreendido como vetor do Pecado Original de Adão e Eva o corpo transporta em sua materialidade os símbolos de comportamento e as zonas de conforto estipulados pelo poder dominante. Esse corpo, principalmente o corpo feminino, esteve submetido a normas que o transformou, revelando uma ordem social internalizada em seus gestos, atos e até mesmo em modelos comportamentais⁴¹.

Por essa razão o corpo da mulher, ao mesmo tempo, se tornou objeto de desejo, de distância, de posse e de controle aos ditames dos discursos cristãos. Era negada e relegada à margem da sociedade por esse discurso, mas precisava estar no seio do mesmo, pois representava um perigo caso estivesse sem a presença de uma figura masculina. Nessa lógica, se formou um conjunto de discursos pessimistas e que construíram uma linha tênue sobre o feminino no *imaginário* dos primeiros séculos. Nesse sentido, as grandes religiões monoteístas, o Judaísmo, Cristianismo, e o Islamismo, se utilizam da ideia de submissão da mulher, por essa divisão social em que um é superior ao outro, uma ordem natural instituída por Deus, sendo restritas à prática do saber e excluídas de paços sociais.

No esquema da sociedade trifuncional, a mulher não tinha qualquer lugar. Se, para os homens da Idade Média, existe uma categoria mulher, durante muito tempo a mulher não é definida por distinções profissionais, mas pelo seu corpo, pelo seu sexo, pelas suas relações com determinados grupos. A mulher define-se como esposa, viúva ou virgem⁴².

Parte desses discursos de negação da figura feminina se originam e legitimam nas Sagradas Escrituras, em que Eva fora criada para auxiliar Adão no Paraíso. “E disse o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma ajudadora idônea para ele” (Gênesis 2:18). Uma vez que

⁴¹ GATT, Pablo. As representações negativas acerca da figura feminina na antiguidade greco-romana e nos discursos dos cristianismos dos primeiros séculos e medieval. **FACES DE CLIO**, v. 6, p. 381-395, 2020, p. 382.

⁴² LE GOFF, Jacques. **O homem medieval**. Porto: Imprensa Portuguesa, 1989, p. 22.

pela Análise do Discurso, de Linha Francesa, a Bíblia assume a função de um *discurso constituinte*⁴³, ou seja, um discurso de origem e fundante, essa afirmação fora usada amiúde por escritores cristãos para justificar a posição da mulher em sociedade. Essa análise da *constituição* do *discurso* garante a articulação entre uma representação de mundo e uma atividade enunciativa, em que os *discursos constituintes* estão no interior do *interdiscurso*⁴⁴. Em um *discurso constituinte* há uma constituição em que os dispositivos enunciativos elaborados por ele legitimam sua própria existência, “agindo como se obtivessem tal legitimidade do Absoluto, que falaria por meio deles (O verbo revelado, a Natureza, a Beleza, a Razão, a Lei)”⁴⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As categorias de gênero nos ajudam a entender como o fator biológico não é um aspecto determinante para justificar as imposições de papéis sociais, visto que os agentes culturais e os imaginários, por meio dos discursos, contribuem para estipular e formular as imagens caricaturadas. Portanto, esses elementos problematizam as questões que envolvem os processos de formações de identidades, na medida que a ideia da diferenciação sexual pela perspectiva da naturalidade é insuficiente para explicar a heterogeneidade de comportamentos e de identidades. As relações de gênero se destacam como um conjunto de camadas culturais que formam e ajudam a entender as relações dos indivíduos consigo mesmo, com os corpos e com os demais. Portanto, o artigo em questão propôs a desmitificação da imagem da mulher, no Medievo, como algo estático ou fixado, em que sua natureza tenderia para uma posição natural de submissão ao pai, quando mais jovem, ou ao marido. Nesse sentido, a figura feminina esteve envolta por um discurso religioso que a assimilou como a herdeira direta de Eva, como a responsável por propiciar nos homens a concupiscência da carne e por isso a necessidade de sua submissão.

Do mesmo modo, esse discurso de negatividade tinha como objetivo justificar essa passividade, ao procurar hegemonizar a fraqueza natural do corpo feminino. Todavia, como forma de oposição à imagem de Eva, por vezes as mesmas eram associadas à figura de Maria, mãe de Deus,

⁴³ O *discurso constituinte* é um conceito de pesquisa da Análise do Discurso de linha francesa. São discursos absolutos e transcendentais. São *constituintes* porque autorizam a si próprios. Regulam o surgimento de outros discursos e são hierarquizados como discursos-fonte. NASCIMENTO, Jarbas Vargas. “O discurso teológico como discurso constituinte.” IN: NASCIMENTO, Jarbas Vargas; FERREIRA, Anderson. **Discursos Constituintes**. São Paulo: Blucher Open Access, p. 34-59, 2020, p. 42.

⁴⁴ O *Interdiscurso* é um conceito teórico metodológico cunhado pela *Análise do Discurso*, caracterizado pela *interdiscursividade*, um espaço de trocas entre vários discursos relacionados. É um conjunto de discursos que mantém uma relação discursiva de atravessamento multiforme com outros discursos. CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 286.

⁴⁵ MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Editora Parábola, 2015, p. 142, p. 142.

em que novamente atribui-se um papel normativo ao feminino, como submissas à uma práxis social. Ademais, a submissão da figura da mulher medieval não se justificou pelo feito ou por sua natureza, mas porque existiu um *discurso* na tentativa de uma construção identitária, em que se alegava a fraqueza de sua carne e a necessidade de seu controle por uma identidade superior, ou seja, pelo masculino. Temos, então, a estruturação da figura do feminino, sob uma práxis social estabelecida, como uma tentativa de silenciar outros *modus vivendi*, como uma construção social por meio dos discursos religiosos que, em sua hegemonia, foram proferidos e escritos por homens e que almejavam uma homogeneidade do comportamento feminino. Mediante a uma cultura extremamente masculina, evidencia-se por meio dessa breve explanação que a simbologia da desobediência de Adão e Eva teve consequências antropológicas, configurando-se por uma visão androcêntrica, em que “o masculino representa uma universalidade sem corpo, enquanto o feminino é encarado como uma corporalidade rejeitada”⁴⁶. Pela associação à imagem de Eva, como a responsável pelo primeiro pecado, culpada pela expulsão do Paraíso e pela corrupção da natureza humana, a mulher estivera imbuída por uma passividade natural, sendo o seu papel social relegado aos ditames do lar.

Poucas são as fontes que dispomos para o estudo das mulheres, pois por séculos nós, homens, buscamos extirpar da história as contribuições femininas. O caminho a ser percorrido é diferente, pois ao se pensar gênero como uma categoria útil para a análise histórica enriquece o enredo das sociedades analisadas, ao mesmo tempo em que a memória, em sua forma científica, se tona mais democratizada⁴⁷. Nossa contribuição, portanto, à história das mulheres se inscreve em um momento ímpar na sociedade ocidental em que cada vez mais mulheres ocupam espaços de poder político, social, religioso, esportivo, no mercado de trabalho, etc., ao mesmo tempo em que manifestações de teor misógino/machista disputam espaços no debate público. Esta contribuição não esgota a reflexão do protagonismo das mulheres na Antiguidade, pelo contrário, provocamos historiadores a se debruçarem nos estudos sobre as mulheres nas temporalidades que compõem a ciência histórica.

Defendemos que os estudos de gênero dentro dos estudos históricos devem ser levados em consideração pela comunidade historiadora brasileira. Em um mundo no qual as mulheres assumem cada vez mais postos de trabalho e as ideias de família, filhos e casamento passam por profundas ressignificações, torna-se imediata a necessidade de compreendermos como outras sociedades

⁴⁶ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990, p. 12.

⁴⁷ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990, p. 25.

concebiam tais termos. Consideramos as performances de gênero como culturalmente inculcadas e socialmente construídas de modo a disciplinar corpos, reter ímpetos e, dessa forma, exercer poder sobre as pessoas, seja de forma simbólica, seja de forma truculenta. Os estudos de gênero sejam na Antiguidade ou no Medievo podem e devem mudar muitas perspectivas tradicionais sobre os muitos homens e mulheres que, inseridos em sociedades extremamente hierarquizadas, experimentaram diferentes formas de performados masculinos e dos femininos.